

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº. 5.917, DE 2005.

Altera a redação do art. 83 da Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal".

Autor: Deputado GILBERTO NASCIMENTO

Relator: Deputado ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO

I - RELATÓRIO

A proposição em análise, de autoria do ilustre Deputado GILBERTO NASCIMENTO, visa a alterar a Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal", mais especificamente o seu art. 83, de forma a garantir à presidiária um período de quatro meses para o aleitamento materno de seu filho recém-nascido.

O texto atualmente em vigor apenas prevê a existência de berçário, sem, contudo, definir o mínimo de tempo em que a presidiária poderia usufruir desse convívio com seu filho.

Justificando sua iniciativa, o nobre Autor destaca as vantagens da amamentação para a saúde física e psíquica da criança e as recomendações internacionalmente aceitas sobre o tema.

A matéria é de competência conclusiva das Comissões, e já foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, recebendo Parecer pela aprovação. Após nossa manifestação a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se-á quanto ao mérito e à constitucionalidade, a legalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa, conforme definido no art. 54 do Regimento da Casa.

Não foram apresentadas Emendas.



37C9823020

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa do eminente Deputado GILBERTO NASCIMENTO deve ser merecedora de toda a nossa consideração e de todo o nosso apoio.

Com efeito, a garantia do direito à amamentação às presidiárias é matéria de altíssima relevância, quer analisemos o problema sob a ótica dos direitos humanos, quer o analisemos com o viés sanitário.

Tanto é assim, que a Carta Magna dispõe sobre o tema em seu capítulo sobre os “Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”. É bem verdade, que a Lei de Execução Penal, que ora se propõe seja modificada, já previa a existência de berçário antes de 1988.

Não previa, entretanto, o tempo de convivência mínimo entre o conceito e sua mãe, o que enseja a existência de tratamentos diferenciados e de injustiças.

Nunca é demais lembrar que a amamentação ao seio traz uma grande quantidade de benefícios para a mãe e para sua criança.

O aleitamento materno tem várias vantagens para a mãe, tais como: reduz a incidência de câncer de mama, reduz a incidência de diabetes, protege a mulher contra a osteoporose, torna mãe e filho mais íntimos.

Entre as vantagens para o bebê estão: redução da incidência de doenças alérgicas, como alergias alimentares e asma, redução da ocorrência de diarreia, redução no número de internações hospitalares, redução na ocorrência de otite média e de infecções respiratórias.

Além das vantagens do aleitamento, somente em raríssimas



ocasiões - como na mãe portadora do vírus HIV - ele está contra-indicado.

Apresento emenda aumentando para, no mínimo, seis meses o período para a amamentação dos filhos de mulheres que se encontram em estabelecimentos prisionais, sob a custódia do Estado, é medida justa que merece ser acatada por unanimidade.

Isto posto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº. 5.917, de 2005, em forma de substitutivo apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO
Relator



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.917, DE 2005

Altera a redação do art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que “Institui a Lei de Execução Penal”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei assegura às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, nos termos do art. 5º, L, da Constituição Federal.

Art. 2º O § 2º do art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 83.

.....

§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de área reservada, com berçário, na qual as presidiárias poderão permanecer com seus filhos no mínimo seis meses, durante o período de amamentação (NR).”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

